

**PAPEL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE SANTA CATARINA, CASO  
PARQUE ESTADUAL DAS ARAUCÁRIAS, SC**

DOI: 10.19177/rgsav8e22019648-661

**Daiane Fabris**<sup>1</sup>

**Geisa Percio do Prado**<sup>2</sup>

**Manuela Gazzoni dos Passos**<sup>3</sup>

**RESUMO**

As Unidades de Conservação exercem uma função ambiental de grande importância, quanto ao uso sustentável dos recursos, o que pode resultar em uma melhor qualidade de vida. Esta pesquisa teve como propósito identificar as diferenças entre o que a legislação determina e o que está ocorrendo em escala local no caso do Parque Estadual das Araucárias, um dos últimos remanescentes de Floresta Ombrófila Mista, localizado nos municípios de São Domingos e Galvão, Santa Catarina. A pesquisa foi realizada através de levantamento bibliográfico e documental e entrevistas semiestruturadas. Apesar da grande importância, o Parque foi inaugurado apenas em 2016, doze anos após a criação. Com isso, durante este período deixou-se de promover a educação ambiental, recreação, pesquisas científicas e turismo ecológico, funções estas de uma Unidade de Conservação. Já é possível perceber a realização de atividades no parque e espera-se que os objetivos iniciais da unidade de conservação sejam atingidos.

**Palavras-chave:** Áreas protegidas. Patrimônio natural. Biodiversidade.

<sup>1</sup> Engenheira Florestal, Especialista em Licenciamento, Auditoria e Perícia Ambiental. Unoesc. E-mail: [daiane.fabris@yahoo.com.br](mailto:daiane.fabris@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Bióloga, Mestre em Ciências Ambientais. Docente do MBA em Gestão Ambiental. Unoesc. E-mail: E-mail: [biologageisa@gmail.com](mailto:biologageisa@gmail.com)

<sup>3</sup> Bióloga, Mestre em Ciências Ambientais, Docente do MBA em Gestão Ambiental. Unoesc. E-mail: [manuela.passos@unoesc.edu.br](mailto:manuela.passos@unoesc.edu.br)

## 1 INTRODUÇÃO

Os impactos sobre os recursos naturais no Brasil, com maior intensidade sobre a biodiversidade, estão presentes em todos os biomas em decorrência, principalmente do desenvolvimento desordenado de atividades produtivas (MMA, 2005). A fragmentação dos habitats é um dos problemas mais sérios em termos de conservação ambiental, colocando em risco a preservação de muitas espécies devido ao isolamento e redução de suas populações. Isso em longo prazo, pode levar ao declínio acentuado dessas populações e conseqüentemente à extinção (CHIARELLO; MELO, 2001). Além desses efeitos, o processo ocorre de maneira rápida e muitas vezes irreversível, o que dificulta a elaboração e execução de ações e estratégias que possam efetivamente reduzir ou minimizar tais impactos.

Uma das maneiras de se preservar uma comunidade biológica é através do estabelecimento de áreas legalmente protegidas. Embora não seja uma ação que por si só possa assegurar a preservação, representa um importante ponto de partida (PRIMACK; RODRIGUES, 2002). Para isso em 2000, foi instituída a Lei 9.985 que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UCs), as quais são tidas como sendo um espaço territorial e seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

A participação dos municípios na gestão ambiental das UCs é um processo novo e ainda em construção no Brasil. A Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, criou condições para a descentralização de políticas públicas, permitindo que estados e municípios assumam uma posição mais ativa nas questões ambientais locais e regionais (BRASIL, 2007). Sendo assim, todos possuem o dever de colaborar com a proteção dos nossos recursos naturais e por em prática as ações cabíveis a cada esfera.

Dentre as UCs existentes no Brasil, de acordo com as Portarias nº 507 e 508 editadas em 2002 (MMA, 2002), merecem especial destaque as unidades propostas

para a proteção dos últimos remanescentes de Floresta Ombrófila Mista. Devido à sua baixa representatividade e à preocupante criticidade em relação à degradação florestal, o MMA e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) estabeleceram uma força-tarefa com a missão de estudar, identificar, avaliar e propor a criação de UCs, que somadas a outras estratégias, procuram recuperar e conservar os últimos remanescentes de uma das tipologias florestais de maior representatividade no sul do Brasil (BRASIL, 2000).

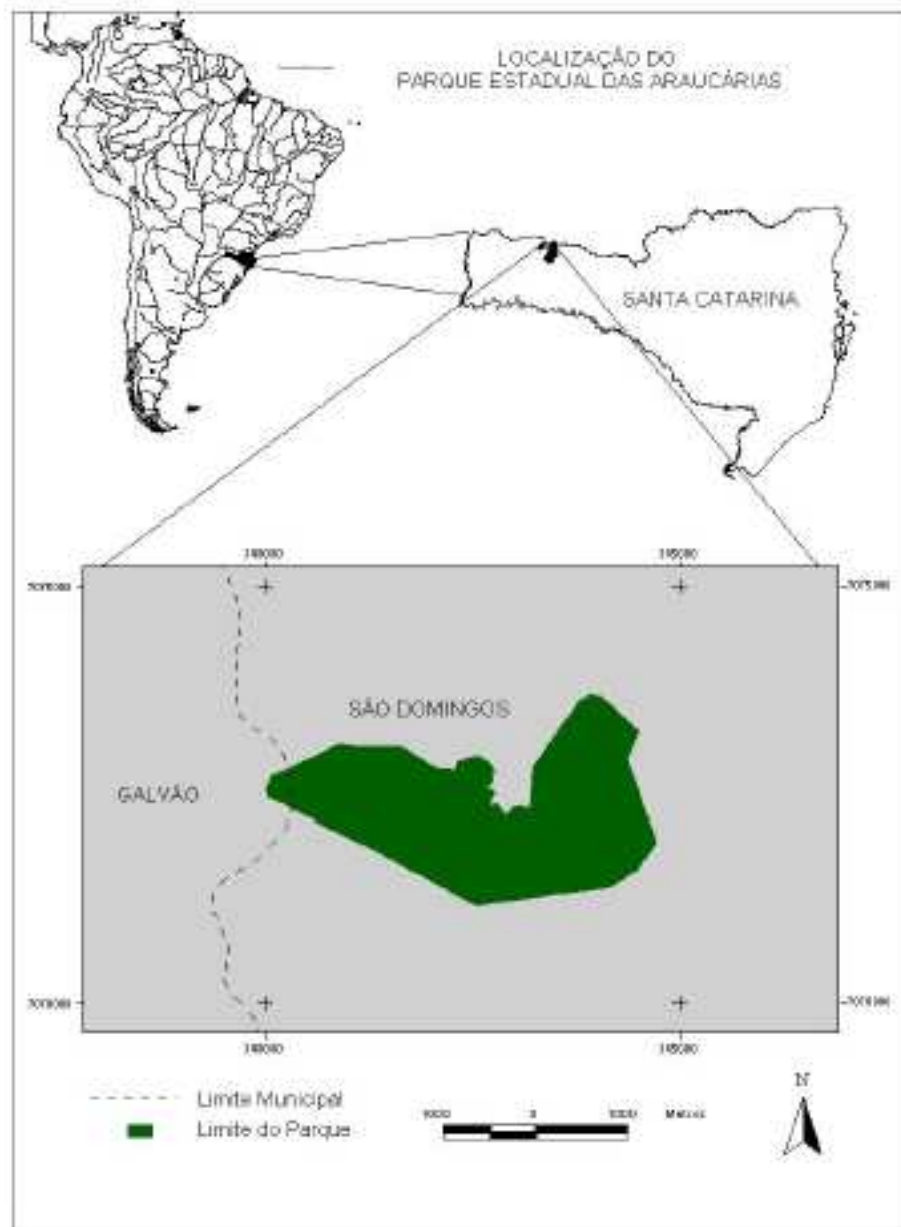
Diante de tal contexto, a criação de UCs na região oeste de Santa Catarina assume um papel primordial para a perpetuação dos últimos remanescentes florestais. Portanto, a criação em 2003 do Parque Estadual das Araucárias (PEA) situado nos municípios de São Domingos e Galvão representou uma ação importante de conservação desse patrimônio. Esta área foi cedida como meio de uma medida compensatória pela construção da Usina Hidrelétrica Quebra Queixo (UHE Quebra Queixo).

A criação do PEA ocorrida em 2003 trouxe o isolamento da área a fim de cumprir com objetivo das UCs. Sendo assim é importante destacar que o que importa nesta análise é identificar as diferenças entre o que a legislação determina como funcional para uma Unidade de conservação e o que está ocorrendo na escala local. Portanto, o PEA cumpre com os propósitos para o qual foi criado? Depois de 12 anos de criação a área apresenta-se realmente protegida?

## **2 MATERIAIS E MÉTODOS**

O estudo foi desenvolvido nos municípios de Galvão e São Domingos, localizados no oeste catarinense, nos quais está situado o PEA (26°27'08"S; 52°33'56"W) (Figura 1).

Figura 1. Localização do Parque Estadual das Araucárias, município de São Domingos e Galvão, SC.



Fonte: FATMA (2007).

O município de Galvão apresenta 121,90 km<sup>2</sup> de área territorial e aproximadamente 3.472 habitantes. Na economia, o setor de serviços é o que mais emprega, apesar de existirem mais estabelecimentos comerciais e industriais. A

base da agricultura é formada por pequenos proprietários, que possuem como principal cultura o milho (FATMA, 2007).

O município de São Domingos com território de 383,65 km<sup>2</sup> e cerca de 9.491 habitantes, é caracterizado por ser um município essencialmente agrícola, pelo cultivo em grande escala de soja e milho (SEBRAE, 2013), e segundo a Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA, 2007) a movimentação econômica do município, medida pelas vendas líquidas de cada grupo de atividade econômica, aponta o comércio como sendo a principal atividade do município. Outras atividades econômicas em destaque no município são: avicultura, suinocultura, piscicultura e produção leiteira, além de indústrias na área de componentes de ração animal, construção e confecções (SEBRAE, 2013).

A área na qual está localizado o PEA foi adquirida em 1966 por uma companhia madeireira e em 1981 iniciaram-se as atividades de exploração. Entre 1998 e 1999, iniciou-se o período de restrição à exploração de madeira e em 2001 a Resolução nº 278 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) passou a limitar e proibir a exploração de espécies ameaçadas e inviabilizou economicamente tal atividade. Assim sendo, o licenciamento acelerou a possibilidade de a área vir a ser objeto de venda para fins de criação de uma área protegida (FATMA, 2007).

Entre 2002 e 2003 a área foi adquirida pela Companhia Energética Chapecó (CEC) e transformada em Unidade de Conservação através do o Decreto nº 293, de 30 de maio de 2003, o qual criou o Parque Estadual das Araucárias, como ação compensatória pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica Quebra Queixo (UHE Quebra Queixo) (FATMA, 2007).

A pesquisa foi realizada através de levantamento bibliográfico e documental, sendo que segundo Severino (2002) a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Já a pesquisa documental, baseia-se não somente em documentos impressos, mas em fotos, filmes, gravações, depoimentos. Nestes casos, os conteúdos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, cabendo ao pesquisador desenvolver sua investigação e análise.

A entrevista semi-estruturada (SEVERINO, 2002) a qual foi aplicada, foi elaborada após revisão bibliográfica e a submetida ao Comitê de Ética de Pesquisa (CEP) com seres humanos da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)

conforme Resolução nº 106/CONSUN/2013, a qual foi aprovada sob o Parecer Circunstanciado nº 1.153.792.

As informações, documentos e entrevistas foram levantados junto a Fatma, Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi), membros do conselho do parque, órgãos municipais e demais pessoas envolvidas com o parque. A busca ativa por informações é fundamental quando se trata de investigação e levantamento de fatos.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com o Plano de Manejo, aprovado em 2007, entre os principais objetivos da criação do PEA estavam (FATMA, 2007):

a) Conservar uma pequena amostra de Floresta Ombrófila Mista do estado catarinense, garantindo a estabilidade e conservação da diversidade biológica dos ecossistemas presentes no Parque;

b) Administrar o Parque respeitando a integração dos fatores ecológicos envolvidos, de modo a reduzir ao máximo os impactos ambientais de atividades não compatíveis com os seus objetivos;

c) Desenvolver atividades de Educação Ambiental promovendo atividades de pesquisa, ensino e extensão voltados à conservação e restauração da Floresta Ombrófila Mista e contribuir para o desenvolvimento sustentável de atividades econômicas nas comunidades de entorno;

d) Incentivar a conectividade entre fragmentos florestais da Zona de Amortecimento e Corredores Ecológicos do entorno do Parque, com ênfase nas matas ciliares e reservas legais das propriedades da região de entorno;

e) Contribuir para a conservação dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Jacutinga.

Hoje o Plano de Manejo do Parque, após 07 anos de edição, foi revisado através do projeto Planejamento e Capacitação em Unidades de Conservação (UCs), que foi aprovado na Chamada 04/2012 do *Tropical Forests Conservation Act* (TFCA), realizada pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), na linha de Ação Temática Manutenção de Áreas Protegidas, em abril de 2013 (DANIELI; DICK, 2013). O projeto teve como objetivo principal contribuir com a implementação,

manutenção e gestão participativa de UCs, abrangendo oito municípios de Santa Catarina, localizados nas regiões do Alto Vale do Itajaí, Meio Oeste e Oeste e dois municípios do Centro Sul do Paraná, tendo como foco três UCs Federais e duas Estaduais, que juntas conservam significativos remanescentes de Floresta com Araucárias, alguns em transição com Campos Nativos ou Floresta Ombrófila Densa (DANIELI; DICK, 2013).

Apremavi (2013), destacou que esta revisão pode ser entendida como a atualização do Plano, no aspecto legal e de agregação de novo conhecimento, além de ser um processo para integração com outros projetos em andamento e para continuidade do processo de mobilização do conselho e valorização do Parque.

De acordo com o § 1º, do art. 27, da Lei de Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas (BRASIL, 2000). Moura e Hanazaki (2006) realizaram um estudo de percepção ambiental sobre o PEA com os moradores de São Domingos, no qual os mesmos observaram que tanto no entorno quanto na cidade o PEA não fazia parte do cotidiano vivido pelas pessoas, sendo que os moradores da cidade desconheciam a situação atual do PEA, o motivo de sua criação e o órgão responsável pela sua gestão, provavelmente por não terem sido envolvidos nos processos decisórios.

Referente à percepção de meio ambiente, no estudo realizado por Pradeiczuk (2014), os moradores do entorno do parque acabaram relacionando o ambiente somente com a preservação principalmente dos recursos hídricos, assim como desconheciam o termo científico da palavra Unidade de Conservação e muitas vezes acabavam não fazendo relação com o parque.

A Unidade de Gestão do Parque foi criada em junho de 2006 e era composta por duas pessoas sediadas na FATMA de Florianópolis (Patrícia Maria Soliani, bióloga, e João Luiz Godinho, geógrafo). Hoje, o Chefe do PEA, é o Coordenador Regional da Coordenadoria de Desenvolvimento Ambiental (Codam) de Chapecó, Rafael Gasparini, que exerce cargo comissionado, não sendo efetivo da Fatma (SOLIANI, 2015).

Em 2007 foram contratados dois vigilantes como equipe de apoio local, os

quais permaneceram no cargo até 2013. Atualmente o Parque não possui vigilância contínua, mas uma parceria com a Companhia de Polícia Ambiental (CPA/Chapecó), a qual exerce a fiscalização da Unidade e da Zona de Amortecimento (SOLIANI, 2015). Segundo entrevistado 2, ex-vigilante do Parque, a falta de vigilância contínua acarretou no aumento da caça, ameaçando a biodiversidade do local.

De acordo como o entrevistado 1, em julho de 2011 um grupo de pessoas interessadas com os objetivos do PEA reuniram-se e criaram o Grimpeiro, a qual está tentando obter uma gestão compartilhada com a Fatma. O Grimpeiro tem como missão apoiar a gestão do Parque integrando ações de manejo e conservação, especialmente educação ambiental e apoio à pesquisa científica, através da cooperação com a sociedade e entidades diversas (SACHS, 2015). Sachs (2015) relatou que hoje o grupo possui 9 membros, incluindo os ex-vigilantes do parque, os quais já participaram e realizaram diversas palestras bem como um curso de meliponicultura para os moradores da zona de amortecimento. O mesmo coloca que assim que o Parque abrir para visitação, o Grimpeiro pretende levar as escolas para conhecer o mesmo e realizar outras atividades de educação ambiental com os estudantes.

O entrevistado 1, relatou que em novembro de 2013 o Conselho do Parque assinou uma moção cobrando a contratação de funcionários, preferencialmente que pudessem morar e permanecer na região, e a implementação do Plano de Manejo, dando celeridade à infraestrutura de Uso Público já havia sido iniciada. Esta moção foi enviada a Fatma e entregue em mãos ao Governador do Estado. O entrevistado 1 também coloca que “o Parque ainda não foi aberto devido à burocracia existente no País e a intervenção política”.

Referente à infraestrutura do Parque, o entrevistado 1 colocou que a mesma foi embargada devido a problemas administrativos com a empresa contratada, depois de alguns anos e com a cobrança do Grimpeiro, a estrutura de uso público do Parque está em fase final de construção, contendo um Centro de Visitantes, estacionamento, portais de entrada, quiosque, duas trilhas interpretativas e Casa do Pesquisador, sendo que a previsão de abertura é para o primeiro semestre de 2016.

No Plano de Manejo do Parque estava prevista a construção de um Horto Florestal. Por meio do Grimpeiro e do Projeto Araucária (desenvolvido pela



Apremavi), foi instalado o Viveiro de Mudanças Nativas Ricardo Cunha Canci, nas proximidades do Parque, sob responsabilidade do Grimpeiro (APREMAVI, 2014). Em dezembro de 2014 foram entregues a Apremavi 7.123 mudas produzidas até novembro de 2014, sendo que o plantio dessas mudas visou à execução do Projeto Araucária (SACHS, 2015). De acordo com Sachs (2015) o viveiro vem se tornando um importante elemento para o cumprimento de projetos de recuperação de áreas, disponibilizando mudas de plantas nativas adequadas para suprir a demanda de preservação permanente permitindo a restauração de áreas que necessitam de reflorestamento, assim como ornamentação e arborização de vias públicas, praças, parques.

De acordo com os levantamentos realizados pela Apremavi em 2014, durante a oficina de planejamento participativo da revisão do plano de manejo do PEA, os participantes levantaram como sendo um dos principais pontos fracos existentes no Parque, a perda da credibilidade por parte da instituição responsável (FATMA), onde todos demonstraram insatisfação perante o processo de abertura do Parque e acordos descumpridos. Fato este que também foi levantado por Moura e Hanazaki (2006), onde os conflitos identificados estavam relacionados com a falta de confiança no órgão responsável pela administração do PEA e por inseguranças pessoais. Moura e Hanazaki (2006) também reforça a falta de credibilidade e o descontento com o descaso com o PEA por parte da instituição.

Para as Áreas Estratégicas (AE) tanto Internas (AEI) como Externas (AEE) levantadas no Plano de Manejo de 2007 e que segundo o Ibama (2002) consistem em porções do PEA com relevância de manejo devido a particularidades que remetem a estratégias específicas para mitigar os seus pontos fracos e otimizar seus pontos fortes, de acordo com a Apremavi (2014) muito pouco foi desenvolvido no PEA.

Para as AEI do PEA, conforme Apremavi (2014), apenas 14% dos resultados foram alcançados, 29% foram parcialmente alcançados e 57% não foram alcançados. Analisando as AEE percebe-se que a situação é ainda pior, onde nenhuma teve resultados alcançados e 10% foram parcialmente alcançados Apremavi (2014). O entrevistado 1 relatou que grande parte dos resultados ainda não foram alcançados justamente pelo fato do Parque ainda não estar em funcionamento e pela falta de vontade de algumas partes.

Entrevistado 3, vizinho do PEA e representante dos demais moradores do entorno, coloca que o principal empecilho para a comunidade em relação ao Parque é a questão dos transgênicos na zona de amortecimento, pois todos possuem como uma das principais fontes de renda a agricultura. Segundo o art. 2º, da Lei do SNUC, a Zona de Amortecimento é definida como a região do entorno das unidades de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade e contribuir para a manutenção da estabilidade e equilíbrio do ecossistema garantindo a integridade da área protegida (BRASIL, 2000).

Outro ponto destacado pelo entrevistado 3 é a falta de um programa que incentive a conservação das Áreas de Preservação Permanente (APP), principalmente nas nascentes, inclusive a nascente do Rio Jacutinga que encontra-se no meio da lavoura e drena para o interior do Parque. Segundo o mesmo, nenhum dos moradores se recusaria a proteger essas áreas, desde que houvesse a conscientização e incentivo dos mesmos, pois todos preocupam-se com as futuras gerações. Com a colocação do entrevistado 3 percebe-se que as ações nas AEE não estão sendo desenvolvidas tanto pela parte do Parque, assim como pela administração pública dos municípios, pois não estão dando ênfase nos programas de proteção ao meio ambiente.

De acordo com os entrevistados e contatos telefônicos, os municípios não estão colaborando da maneira em que poderiam estar, falta interesse e empenho por parte dos mesmos. O município de São Domingos colaborou com a disponibilidade de máquinas para a reabertura de estradas, as quais estavam sem manutenção a algum tempo, mas ainda é pouco perante a necessidade e planejamento do Parque.

O município de Galvão, por possuir pequena parte do seu território dentro do Parque, não fez questão em auxiliar com o desenvolvimento da pesquisa. A falta de engajamento político e social na gestão do parque são problemas graves, que entravam o funcionamento e a realização de projetos.

Atualmente o Parque possui parcerias com duas instituições de pesquisa, a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) trabalhando com a regeneração de *Ilex paraguariensis* (erva-mate) e *Araucaria angustifolia* (araucária), banco de sementes e levantamento fitossociológico e com a Universidade Comunitária

Regional de Chapecó (Unochapecó) trabalhando com anfíbios, aves e peixes (APREMAVI, 2014). Outros trabalhos já foram realizados, mas ainda são poucos perante a importância deste remanescente.

Juntamente com as pesquisas, a Apremavi vem realizando trabalhos voltados à conscientização através de reuniões e oficinas para o processo de revisão do plano de manejo do PEA, além destas, diversas ações do Projeto Araucária vêm auxiliando neste processo.

Em setembro de 2015, a Apremavi em parceria com a Fatma e o Grimpeiro, promoveram no auditório do Parque o Seminário Planejamento e Capacitação em Unidades de Conservação (UCs), o qual discutiu a temática dos Corredores Ecológicos, Pesquisa e Uso Público em UCs e teve como objetivo a integração, discussão e troca de experiências entre os diversos participantes envolvidos (DANIELI, 2015).

A abertura do parque ocorreu no dia 07 de abril de 2016, todas as pessoas envolvidas com o parque, assim como a população no geral, aguardavam ansiosas para finalmente verem o parque aberto para a visitação e cumprindo com os objetivos para o qual foi criado.



#### **4 CONCLUSÕES**

A situação atual do PEA é a realidade de muitas UCs no Brasil. São áreas protegidas criadas por um decreto que pode estar atendendo a interesses pontuais, havendo pouco ou praticamente nenhum comprometimento público na manutenção das mesmas. Depois de 12 anos de criação pode se afirmar que menos da metade do Plano de Manejo do Parque foi executado, sendo que até hoje o Parque ainda não foi aberto para a visitação.

A falta de conhecimento e importância do parque fica evidente, medidas que visem a melhoria da visibilidade e que efetivem os objetivos de sua criação são escassas.

É urgente a necessidade de gerenciamento efetivo e cumprimento da legislação que regula o funcionamento das unidades de conservação.

#### **ROLE OF SANTA CATARINA PROTECTED AREAS: CASE ARAUCARIA STATE**

## PARK, SC

### ABSTRACT

Conservation units perform an environmental function of great importance to make sustainable use of resources, which can result in a better quality of life. This research aimed to identify the differences on what the law requires and what is happening at the local level in the case of the Araucaria State Park (PEA), one of the last remnants of Araucaria Pine Forest, located in the cities of São Domingos and Galvão, Santa Catarina State. This study was done with research on bibliographies and documents and interviews. Despite the great importance and possible use to promote environmental education, recreation, scientific research and ecotourism, the unity was public open only in 2016, 12 years after its foundation. Thus, during this period, the main functions of a Conservation Unit, such as promotion of environmental education, recreation, scientific research and eco-tourism were not carried out. Luckily, now it is possible to see the realization of activities in the park and it is expected that the initial objectives of the conservation unit are met.

**Keywords:** Protected Areas. Natural patrimony. Biodiversity.

### REFERÊNCIAS



APREMAVI (Associação de Preservação do Meio Ambiente e Vida). **Oficina de Análise do Plano de Manejo do Parque Estadual das Araucárias**. São Domingos, 2013. 28 p. Relatório de trabalho.

\_\_\_\_\_. **Oficina de Análise do Plano de Manejo do Parque Estadual das Araucárias**. Florianópolis, 2014. 56 p. Relatório de trabalho.

BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm)> Acesso em: 09 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 11.516, de 28 de agosto de 2007**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade- Instituto Chico Mendes. Brasília, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm)> Acesso em: 9 mai. 2015.

CHIARELLO, A. G.; MELO, F. R. Primate population densities and sizes in Atlantic forest remnants of northern Espírito Santo, Brazil. **International Journal of Primatology**, Londres, v. 22, n. 3, p. 379-96, 2001.

DANIELI, M. A. **Seminário discute corredores ecológicos, pesquisa e uso público em UCs**. Atalanta, 2015. Disponível em:

<<http://www.apremavi.org.br/noticias/apremavi/977/seminario-discute-corredores-ecologicos-pesquisa-e-uso-publico-em-ucs>>. Acesso em: 09 out. 2015.

DANIELI, M. A.; DICK, E. **Apemavi inicia novo projeto com unidades de conservação**. Atalanta, 2013. Disponível em: <<http://www.apremavi.org.br/noticias/apremavi/766/apremavi-inicia-novo-projeto-com-unidades-de-conservacao>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

ENTREVISTADO 1. Entrevista concedida a Daiane Fabris. São Domingos, 03 set. 2015.

ENTREVISTADO 2. Entrevista concedida a Daiane Fabris. São Domingos, 03 set. 2015.

ENTREVISTADO 3. Entrevista concedida a Daiane Fabris. São Domingos, 03 set. 2015.

FATMA (Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina). **Plano de Manejo do Parque Estadual das Araucárias**. Florianópolis: FATMA, 2007.

IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). **Roteiro metodológico de planejamento: parque nacional, reserva biológica, estação ecológica**. Brasília: MMA/Edições IBAMA, 2002.

MMA (Ministério do Meio Ambiente). **Proposta do grupo de trabalho preservação e recuperação da Floresta Ombrófila Mista no Estado de Santa Catarina**. Portaria Ministerial 49 de 06 de fevereiro de 2002, p. 77.

\_\_\_\_\_. **Programa nacional de educação ambiental: proNEA**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 105 p.

MOURA, E. A.; HANAZAKI, N. Estudo de percepção ambiental sobre o Parque Estadual das Araucárias, São Domingos-SC. In: 56ª REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 2006, Florianópolis, 2006. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, 2006. Disponível em: <[http://www.sbpnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo\\_3104.html](http://www.sbpnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo_3104.html)>. Acesso em: 20 jun. 2014.

PRADEICZUK, A. **Percepção ambiental da comunidade do entorno de unidade de conservação do Oeste Catarinense**. 2014. 94p. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Chapecó/SC, 2014.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da conservação**. Londrina: Planta, 2002. 326 p.

SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). **Santa Catarina em números**: São Domingos. Florianópolis: Sebrae, 2013. 129 p.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 335 p.

SOLIANI, P. **Questões sobre o PEA**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <daiane.fabris@yahoo.com.br> em 11 set. 2015.

SACHS, A. **Grupo de Apoio à Gestão do Parque Estadual das Araucárias**. São Domingos, 2015. Diapositivos (*slides*).

